
Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

SUMARIO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	15
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	17
09 IMOBILIZADO.....	17
10 INTANGÍVEL.....	18
11 FORNECEDORES.....	18
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	18
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	19
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA.....	19
15 OBRIGAÇÕES COM O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	20
16 CAPITAL SOCIAL.....	21
17 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	22
18 PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	22
19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	22
20 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	23
21 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	23
22 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	23
23 RESULTADO FINANCEIRO.....	24
24 REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS E A RECEBER.....	24
25 SEGUROS DE RISCOS.....	25
26 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64.....	25
27 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES.....	27

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the number '2' written below them.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Atuando desde 1971, é um dos principais esteios da assistência pública à saúde da população gaúcha, oferecendo atendimento de excelência e alta complexidade em amplo rol de especialidades. As atividades de ensino de graduação e pós-graduação, lado a lado com a UFRGS, formam gerações de profissionais familiarizados e comprometidos com as melhores práticas e a humanização da assistência. A pesquisa produzida no HCPA, por sua vez, introduz novos conhecimentos, técnicas e tecnologias que beneficiam toda a sociedade.

Em 2018, foram realizadas na instituição mais de 569 mil consultas, 31 mil internações, 47 mil cirurgias, 3 milhões de exames, 3 mil partos e 425 transplantes. A busca da melhoria contínua e da excelência assistencial é evidenciada na atuação do Núcleo de Segurança do Paciente, composto pelo Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (Qualis) e pela Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar, e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com a rede de saúde, destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

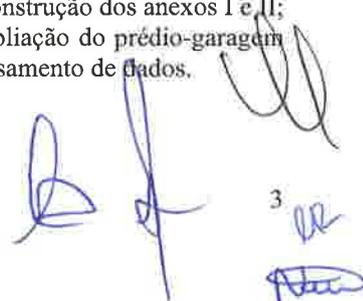
Na área da pesquisa, atuam 681 doutores, sendo que 225 são funcionários contratados do hospital. Deste total, 485 são pesquisadores com projetos aprovados, a maioria desenvolvidos no Centro de Pesquisa Experimental e no Centro de Pesquisa Clínica da instituição. Em 2018, foram realizadas 4.495 consultorias de pesquisa e aprovados 696 novos projetos. Foram publicados 703 artigos, indexados no ISI Web of Science. O Clínicas possui, ainda, parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit). Em 2018, estas parcerias possibilitaram a implantação de 83 bolsas de iniciação científica e quatro de pós-doutorado.

O HCPA também tem papel fundamental no ensino, tendo 19 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, em um total de 93 disciplinas, estágios ou internatos. Também considerando os cursos de graduação, passaram pelo HCPA 1.477 alunos no primeiro semestre e 1.535 alunos no segundo semestre letivo. Na pós-graduação, 321 alunos fizeram suas especializações. Além disso, a instituição possui dois programas de mestrado profissional, em Pesquisa Clínica e em Prevenção e Assistência a Usuários de Álcool e Outras Drogas.

Na residência médica, o Clínicas mantém 46 programas. Durante este ano, estiveram em formação no HCPA 573 médicos residentes e 234 profissionais concluíram a residência. Na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece 13 áreas de atuação, houve 108 profissionais em formação e 44 profissionais concluíram a residência. O hospital desenvolve também o Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (Piccaf), Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Piccap), Programa Jovem Aprendiz e Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

Ainda em 2018, o Hospital de Clínicas recebeu os prêmios Top of Mind, sendo o hospital mais lembrado pelos porto-alegrenses na pesquisa Top of Mind da revista *Amanhã*, e o Top Ser Humano, por sua atuação na área de Gestão de Pessoas. Foi certificado, também, no IG-Sest, do Ministério do Planejamento, por sua performance de governança.

Em paralelo a todo esse cenário descrito, ao longo de 2018, o Clínicas realizou diversos investimentos na ampliação da capacidade e na qualificação do atendimento da instituição, através da construção dos anexos I e II; conclusão da nova torre de elevadores para melhoria do transporte de pacientes; ampliação do prédio-garagem utilizado pela comunidade interna; e compra de equipamentos hospitalares e de processamento de dados.



3

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	127.797	58.855
Créditos a Receber a Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		148	138
Créditos de Fornecimento de Serviços	6	43.732	40.502
Precatórios e Apropriações de Pessoal por Competência	14	169.945	157.371
Adiantamentos de Pessoal	7	13.800	14.502
Encargos s/Folha de Pessoal a Receber		7.582	-
Demais Contas a Receber		2.659	2.133
Adiantamentos a Fornecedores		46	15
Estoques			
Estoques de Materiais de Consumo	8	20.687	20.324
Importações em Andamento		1.830	231
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro e Anuidades a Apropriar		82	135
		388.308	294.206
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.504	1.966
Contingências e Apropriações de Pessoal por Competência	14	298.152	278.858
Demais Créditos a Receber		70	44
Imobilizado	9	869.600	782.151
Intangível	10	478	401
		1.169.804	1.063.420
Total do Ativo		1.558.112	1.357.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 4.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

Passivo

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	11	32.243	35.745
Obrigações Tributárias e Sociais	12	9.985	2.818
Obrigações com Pessoal	13	60.196	-
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	14	169.945	157.371
Outras Obrigações		5.891	4.087
		278.260	200.021
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		96	-
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	14	298.153	278.858
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital-AFAC		-	455.090
		298.249	733.948
Patrimônio Líquido			
Capital Social Realizado	16	1.003.759	376.403
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital-AFAC		103.764	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17	(15.329)	(16.600)
Prejuízos Acumulados	18	(110.591)	(101.419)
		981.603	423.657
Total do Passivo		1.558.112	1.357.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	2018	2017
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		232.233	222.864
		232.233	222.864
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(415)	(389)
COFINS s/Faturamento		(1.914)	(1.795)
		(2.329)	(2.184)
Receita Operacional Líquida	19	229.904	220.680
Custo dos Serviços	20	(1.106.245)	(1.085.180)
Resultado Operacional Bruto		(876.341)	(864.500)
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	20	(268.143)	(263.037)
		(268.143)	(263.037)
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		12.602	40.491
Despesas		(2.499)	(35.799)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(647)	(278)
	22	9.456	4.414
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro		(1.135.028)	(1.123.124)
Resultado Financeiro	23		
Despesas Financeiras		(10.505)	(129.703)
Receitas Financeiras		2.712	2.649
		(7.793)	(127.054)
Resultado Antes das Subvenções Governamentais		(1.142.821)	(1.250.178)
Repasses Financeiros	24		
Repasse Financeiros Recebidos		1.203.445	1.245.728
Repasse a Receber p/Cobertura c/ Provisão		36.870	47.695
		1.240.315	1.293.423
Ajustes de Repasses Financeiros Recebidos	24		
Receitas de Diferido		(2.551)	(620)
Repasse para Subvenções e Doações		-	(165.273)
Repasse transferidos para AFAC		(104.490)	-
Repasse concedidos ao CAPES		(474)	(1.494)
		(107.515)	(167.387)
Prejuízo do Exercício		(10.020)	(124.141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



6



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.403	-	(18.173)	21.523	-	379.753
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital-AFAC	-	165.273	-	-	-	165.273
Transferência Reserv. Lucro p/ Prejuízos Acumulados	-	-	-	(21.523)	21.523	-
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	2.772	-	-	2.772
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.600)	-	(101.419)	423.657
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(848)	-	848	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(10.020)	(10.020)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	103.764	-	-	-	103.764
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	2.118	-	-	2.118
Transferência AFAC p/Capital Realizado	627.356	(165.273)	-	-	-	462.083
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(15.329)	-	(110.591)	981.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.







Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em reais mil

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

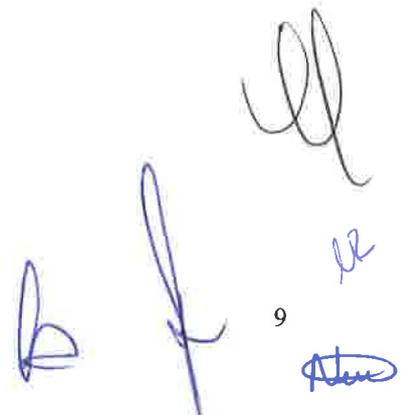
	2018	2017
Prejuízo Líquido do Exercício	(10.020)	(124.141)
Ajustes de Depreciação/Amortizações	20.781	21.839
Recomposição Ajustes da Avaliação Patrimonial	-	-
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(44)	(55)
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	6.993	146.754
Varição Cambial Passiva (Importação)	1.029	72
Varição Cambial Ativa (Importação)	(706)	(87)
Baixa de Bens Imobilizados	2.234	807
Produção Bens Imobilizado	(3)	(236)
Produção de Bens em Estoque	(1.758)	(1.669)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(6.533)	(2.040)
Doações de Bens Móveis	(583)	(1.978)
Doação de Mercadorias	(2.260)	(4.511)
	19.150	158.896
Varição de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	3.286	7.360
Recursos a Receber de Provisão de Férias	-	(9.430)
Recursos a Receber de Licença Especial	-	(5.015)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	-	5.961
Adiantamentos a Pessoal	702	(2.930)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	(8.157)	(1.390)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	462	(165)
Importações em Andamento (Estoque)	(1.599)	977
Estoques	3.656	7.689
Despesas Pagas Antecipadamente	52	6
Fornecedores	(3.502)	(2.486)
Outras Obrigações a Pagar	1.850	(11.374)
Obrigações com Pessoal	60.195	1
Obrigações Sociais a Pagar	7.425	(264)
Obrigações Tributárias a Pagar	(258)	673
Provisão para Férias	-	9.430
Provisão para Previdência Privada (CP e LP)	-	(5.961)
Provisão para Licença Especial	-	5.015
	64.112	(1.903)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	73.242	32.852
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(92.736)	(169.930)
Aquisições de Bens Móveis	(11.539)	(4.245)
Aquisições de Importação em Andamento	(3.577)	(1)
Aquisições de Bens Intangíveis	(307)	(100)
	(108.159)	(174.276)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital-AFAC	103.860	165.273
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	103.860	165.273
Caixa Adicionado no Período	68.943	23.849
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	58.855	35.005
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	127.797	58.855
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	68.943	23.849
Transações que não envolveram o Caixa	2.843	6.489
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	583	1.978
Doações de Mercadorias (Estoques)	2.260	4.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

Demonstração do Valor Adicionado	2018	2017
Receitas		
Prestação de Serviços	232.233	222.864
Outras Receitas	10.552	36.968
Prov.Est.Créd.Liq.Duv.-Reversão/Constituição	(1.035)	464
Reversão do Custo Diferido	-	(34.279)
	241.750	226.017
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	(136.809)	(135.252)
Serviços de Terceiros	(140.699)	(132.426)
Perda de Valores Ativos	(1.765)	(762)
	(279.273)	(268.440)
Valor Adicionado Bruto	(37.523)	(42.423)
 Despesas com Depreciação/Amortização	 22.430	 22.404
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(59.953)	(64.828)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	2.712	2.649
Repasse Financeiros Recebidos (-) Subvenções	1.135.825	1.128.151
Repasse Concedidos/Diferido	(474)	(1.494)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(2.551)	(620)
Receitas de Aluguéis	3.627	4.083
	1.139.139	1.132.768
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.079.186	1.067.940
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	736.919	724.932
Benefícios	76.731	76.127
Fundo de Garantia Tempo de Serviço -FGTS	57.466	62.231
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	203.551	195.010
Estaduais/Municipais	238	85
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	10.505	129.703
Locação de Imóveis/Condomínio	1.017	1.060
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.779	2.933
Remuneração dos Capitais Próprios		
Prejuízo do Exercício	(10.020)	(124.141)
Valor Adicionado Distribuído	1.079.186	1.067.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (MF e MP denominados de Ministério da Economia (ME) a partir de 01/01/2019) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoría dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF) (denominado de Ministério da Economia (ME) a partir de 01/01/2019).

Em 15 de abril de 2019 as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, esta demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2018 que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras da Instituição.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de: Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Tempo de Serviço Passado / Previdência Privada e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

(g) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2018. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de dezembro de 2018. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10)

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(j) Impairment de Ativos não Financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem quando um valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não pode ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 13.450 Cíveis, R\$ 125.394 Trabalhistas e R\$ 20.967 Tributárias, totalizando R\$ 159.811.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº14).

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(q) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº20).

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como da Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2019, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 16 de janeiro de 2019.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2018, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 54 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	15	17
Conta Corrente/Bancos	691	1.900
Depósitos Bancários de Curto Prazo	28.550	25.093
Conta Limite de Saque	98.541	31.845
Saldo Contábil	<u>127.797</u>	<u>58.855</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio. Em 31 de dezembro de 2018 compõem o saldo da conta única, também, os recursos financeiros para pagamento das obrigações com pessoal do HCPA referente a folha de dezembro de 2018, isso se deve à mudança de critério no Sistema Integrado de Administração Financeira -SIAFI, data em que ocorreu a migração para o novo sistema de pagamentos. (Nota nº 13)

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	36.306	35.914
Convênios Privados	13.783	13.537
Clientes Particulares	2.397	2.696
Créditos Diversos	1.402	419
Subtotal	<u>53.888</u>	<u>52.566</u>
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	(10.156)	(16.688)
Valor Líquido a Receber	<u>43.732</u>	<u>35.878</u>
Outras Faturas a Receber	-	4.624
Saldo Contábil	<u>43.732</u>	<u>40.502</u>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, em 2017, referia-se ao valor devolvido ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) referente à ação nº 8585, originado do cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela do contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. O HCPA aguardava reposição do crédito orçamentário e financeiro, em frente à negativa pelo FNS de reposição o registro contábil foi baixado, após autorização do Conselho de Administração.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário	6.852	7.322
Férias	6.936	7.167
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12	13
Saldo Contábil	<u>13.800</u>	<u>14.502</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2019 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2019.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Medicamentos	6.524	6.951
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	8.314	7.472
Material de Órtese e Prótese	1.832	1.275
Materiais e Utensílios	424	454
Rouparia (uniformes)	1.043	1.217
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	350	336
Material Expediente/Informática/Gráfica	344	404
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	82	71
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	1.774	2.144
Saldo Contábil	<u>20.687</u>	<u>20.324</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Edifícios	1	210.169	(56.673)	153.497	157.991
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento[1]		565.847	(7.449)	558.397	466.717
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	204.351	(126.734)	77.617	80.258
Bens de Informática	20 a 50	23.980	(16.031)	7.949	8.124
Veículos Diversos	10 a 20	1.031	(779)	251	259
Subtotal Imobilizado		<u>1.074.164</u>	<u>(207.666)</u>	<u>866.498</u>	<u>782.135</u>
Importação em Andamento		3.102	-	3.102	16
Saldo Contábil		<u>1.077.266</u>	<u>(207.666)</u>	<u>869.600</u>	<u>782.151</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2017</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 31/12/2018</u>
Edifícios	210.169		-	-	210.169
Terrenos	68.786		-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	473.111	92.740	-	(4)	565.847
Bens Móveis e Imóveis	195.270	10.866	-	(1.784)	204.351
Bens de Informática	23.060	1.432	-	(512)	23.980
Veículos Diversos	973	58	-	-	1.031
Total Imobilizado	<u>971.369</u>	<u>105.096</u>	<u>-</u>	<u>(2.301)</u>	<u>1.074.164</u>

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

10 Intangível

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Softwares	20 a 50	6.485	(6.007)	478	401
Saldo Contábil		6.485	(6.007)	478	401

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consórcio Tratenge Engeform	3.093	13.678
AGFA Healthcare It Brasil	837	319
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	659	183
Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	618	2.962
	5.207	17.142
Demais Fornecedores	27.036	18.603
Saldo Contábil	32.243	35.745

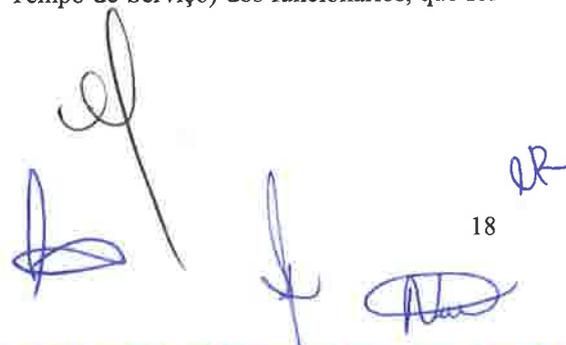
Entre os quatro principais fornecedores, que representam 16,15% do saldo total de Fornecedores a Pagar em dezembro de 2018, está o Consórcio Tratenge Engeform que é responsável pela realização das obras dos Anexos, projeto de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 em 2013 e contrato nº 12727. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 tendo como saldo atualizado até 31/12/2018 o valor de R\$ 486.036.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.058	2.289
PIS sobre Faturamento	37	42
COFINS sobre Faturamento	173	195
Obrigações Tributárias	2.268	2.526
Fundo de Garantia Tempo de Serviço-FGTS	7.423	-
Contribuição Previdenciária -INSS	294	-
Obrigações Sociais	7.717	292
Saldo Contábil	9.985	2.818

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais conforme IN/RFB nº 1.234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores e o valor referente ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos funcionários, que foi pago em janeiro de 2019.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/12/2018</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	48.620
Previdência e Assistência Médica	4.497
Empréstimos e Financiamentos	3.014
Contribuições Previdência Privada	2.252
Outras Despesas de Pessoal	1.813
	<u>60.196</u>

Compõem o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de dezembro de 2018. Em contrapartida encontram-se depositados na conta única, os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, data em que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 2019 (Nota nº 05).

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	15.808	281.657	297.465
Férias a Pagar (b)	97.499	-	97.499
Licença Especial (c)	52.514	-	52.514
Tempo de Serviço Passado TSP (d)	4.124	16.496	20.620
Saldo Contábil	<u>169.945</u>	<u>298.153</u>	<u>468.098</u>

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	14.501	261.642	276.143
Contingências Cíveis	1.307	18.908	20.215
Contingências Tributárias	-	1.107	1.107
Saldo de Contingências	<u>15.808</u>	<u>281.657</u>	<u>297.465</u>

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>			
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	247.541	17.439	872	265.852
Adições	35.236	8.074	235	43.544
Baixas por Pagamento	(6.294)	-	-	(6.294)
Baixas por Reversão	(340)	(5.298)	-	(5.638)
Saldo de Contingências	<u>276.143</u>	<u>20.215</u>	<u>1.107</u>	<u>297.465</u>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Férias		
Saldo Inicial	69.911	62.225
Baixas	(66.056)	(63.929)
Apropriações	68.107	71.615
Total de Férias	<u>71.962</u>	<u>69.911</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	24.878	22.296
Baixas	(24.518)	(23.811)
Apropriações	25.177	26.393
Total de Encargos sobre Férias	<u>25.537</u>	<u>24.878</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>97.499</u>	<u>94.789</u>

(c) Licença Especial

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	36.418	32.769
Baixas	(5.061)	(5.372)
Apropriações	6.967	9.021
Total de Licença Especial	<u>38.324</u>	<u>36.418</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	13.548	12.182
Baixas	(1.872)	(1.998)
Apropriações	2.514	3.364
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>14.190</u>	<u>13.548</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>52.514</u>	<u>49.966</u>

(d) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo (ver Nota 14). O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Obrigações com o Plano de Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. Na modalidade BD esta a parte de risco que a partir da sua concessão, o pagamento deste é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de outubro de 2018 pela CSM Consultoria Atuarial, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Taxa de Juros Atuarial	4.84%
Projeção de aumento Real Média dos Salários	zero
Taxa de Rotatividade	2,55%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT 2000M(Basisc)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT 2000 M (Basisc)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 27

Status do Fundo e Passivo/Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(92.932)	(74.475)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	<u>101.893</u>	<u>84.285</u>
Status do Plano de Benefícios / Superávit	<u>8.961</u>	<u>9.810</u>

Considerando a posição de 31 de outubro de 2018 dos cálculos apresentados pela CSM Consultoria Atuarial. O Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

16 Capital Social

O Capital Social da empresa pertence integralmente a União, sendo seu valor em 31/12/2018 de R\$1.003.759 (um bilhão, três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil reais), composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2017	R\$ 376.406
Capitalização do AFAC	R\$ 627.356
Total em 31/12/2018	<u>R\$ 1.003.759</u>

As capitalizações foram autorizadas em Assembleia Geral Extraordinária de nº 004/2018 e 006/2018, realizadas em 28/03/2018 e 02/07/2018, respectivamente, sendo os valores incorporados referentes a repasses recebidos da União para investimento e registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

21



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

17 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(16.600)	(18.173)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(848)	(1.199)
Reversão de Menos-Valia	2.119	2.772
Saldo em 31 de dezembro	<u>(15.329)</u>	<u>(16.600)</u>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 2.119 e R\$ 2.772, referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

18 Prejuízos Acumulados

O prejuízo do exercício de 2018, no valor de R\$ 10.020 foi incorporado ao saldo de prejuízos acumulados, totalizando R\$ 110.591.

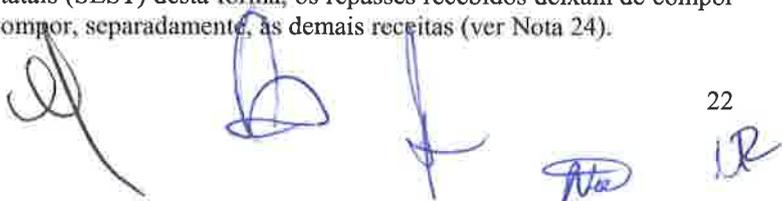
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Prejuízos Acumulados em 01 de janeiro	(101.419)	21.522
Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro	(10.020)	(124.142)
Prejuízos Acumulados antes da Recomposição do PL	(111.439)	(102.620)
Recomposição do Patrimônio Líquido (custo atribuído)	848	1.199
Prejuízos Acumulados	<u>(110.591)</u>	<u>(101.419)</u>

No valor dos prejuízos acumulados de 2018 e 2017 refletiu a correção, pela SELIC, incidente sobre os repasses recebidos como AFAC, sendo em 2018 (R\$ 6.993) e 2017 (R\$ 127.102). Desconsiderando a correção pela SELIC o resultado operacional de 2018 é de (R\$ 3.027) e 2017 de R\$ 2.960.

19 Receita Operacional Líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde-SUS	168.195	163.537
Convênios	53.479	50.658
Particulares	5.673	5.875
Pesquisas e Análises	3.535	2.546
Ensino	1.351	248
Total de Serviços Prestados	<u>232.233</u>	<u>222.864</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(415)	(389)
COFINS sobre Faturamento	(1.914)	(1.795)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(2.329)</u>	<u>(2.184)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>229.904</u>	<u>220.680</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício foi adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) desta forma, os repasses recebidos deixam de compor o grupo de receitas operacionais e passam a compor, separadamente, as demais receitas (ver Nota 24).



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em reais mil

20 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	761.017	184.463	945.480	919.492
Benefícios de Pessoal	61.761	14.970	76.731	76.933
Consumo de Materiais	110.117	26.691	136.808	135.252
Depreciações/Amortizações	18.052	4.376	22.428	22.405
Despesas com Serviços PF e PJ	125.621	30.450	156.071	146.440
Subtotais	1.076.568	260.950	1.337.518	1.300.522
Provisões de Contingências e Pessoal	29.677	7.193	36.870	47.695
Saldo Contábil	1.106.245	268.143	1.374.388	1.348.217

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados compatibilizando os valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle da Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). (Nota 2, letra "r").

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

21 Despesas com Benefícios a Empregados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Auxílio Creche	1.460	1.369
Auxílio Alimentação	32.685	32.621
Vale Transporte	3.164	2.894
Assistência Médica	11.491	13.535
Previdência Privada	27.931	26.514
Saldo Contábil	76.731	76.933

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

22 Outras Receitas e Despesas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras Receitas		
Alugueis	3.627	4.083
Receitas de Leilões	24	76
Indenizações e Restituições (Previdência)	5.923	13.868
Reversão de PECLD	185	1.347
Reversão Receita Diferida (AFAC)	-	14.626
Doações de Estoque e Uso Permanente	2.843	6.491
Total de Outras Receitas	12.602	40.491
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(160)	(1.520)
Outros Decréscimos	(2.339)	-
Reversão do Custo Diferido (Subvenções /AFAC)	-	(34.279)
	(2.499)	(35.799)



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(647)	(278)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(3.146)</u>	<u>(36.077)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>9.456</u>	<u>4.414</u>

23 Resultado Financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.613	2.092
Juros e Multas Previstos em Contratos	350	415
Variação Cambial e Monetária Ativa	749	142
Total Receita Financeira	<u>2.712</u>	<u>2.649</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.567)	(1.903)
Variação Cambial	(1.945)	(698)
Correção Monetária AFAC	(6.993)	(127.102)
Total Despesa Financeira	<u>(10.505)</u>	<u>(129.703)</u>
Saldo Contábil	<u>(7.793)</u>	<u>(127.054)</u>

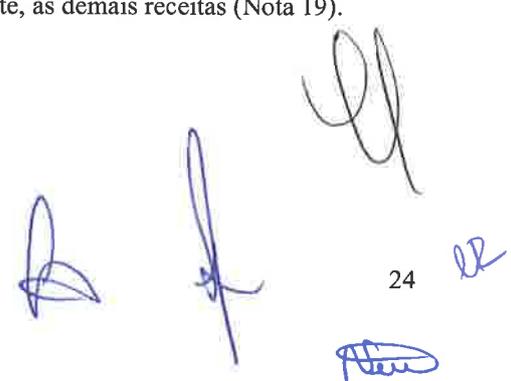
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (6.993) e R\$ (127.102) de correção monetária é referente à atualização pela SELIC dos repasses recebidos para Investimentos, registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

24 Repasses Financeiros Recebidos e a Receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Repasses Financeiros		
Repasses Financeiros Recebidos	1.203.445	1.245.728
Repasses Financeiros a Receber	36.870	47.695
	<u>1.240.315</u>	<u>1.293.423</u>
Ajustes de Repasses		
Reversão Receita Diferida	(2.551)	(620)
Repasses Concedidos CAPES	(1.200)	(1.494)
Repasses Transferidos para AFAC	(103.764)	(165.273)
	<u>(107.515)</u>	<u>(167.387)</u>
Total Líquido de Repasses Financeiros	<u>1.132.800</u>	<u>1.126.036</u>

Com a nova estrutura do Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE, os repasses recebidos deixam de compor o grupo de receitas operacionais e passam a compor, separadamente, às demais receitas (Nota 19).



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

25 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019. A importância segurada é de R\$ 13.277.

26 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101/2000, a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação e utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, com amparo na Lei nº 4.320/94.

O quadro abaixo demonstra os valores do exercício de 2018 que compõem a contabilização de acordo com as normas mencionadas.

Balanco Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	127.797	127.607	190
Créditos a Receber de Curto Prazo	248.068	68.471	179.597
Estoques	22.517	22.517	-
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(10.156)	(10.156)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	82	82	-
	388.308	208.522	179.786
Não Circulante			
Créditos a Receber a Longo Prazo	298.178	-	298.178
Depósitos Judiciais	1.548	1.548	-
Imobilizado	870.078	870.078	-
	1.169.804	871.626	298.178
Total do Ativo	1.558.112	1.080.147	477.965
Passivo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Fornecedores	32.243	30.181	2.062
Outras Obrigações	246.017	245.029	988
	278.260	275.210	3.050
Não Circulante			
Provisões p/ Contingências e TSP	298.249	298.249	-
	298.249	298.249	-
Patrimônio Líquido			
Capital Social Realizado	1.003.759	1.003.759	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital-AFAC	103.764	103.764	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(15.329)	(15.329)	-
Recomposição do PL p/ Realiz. da Av. Patrimonial	848	3.366	(2.518)
Resultado de Exercícios Anteriores - Prejuízos	(101.419)	(537.588)	436.169

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

Prejuízos Acumulados	(10.020)	(52.266)	42.246
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	982	(982)
	981.603	506.688	474.915

Total do Passivo	1.558.112	1.080.147	477.965
-------------------------	------------------	------------------	----------------

Ativo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 190 refere-se a pagamentos recebidos de clientes identificados após o fechamento do SIAFI, motivo que impossibilitou sua transferência para a conta única em 2018, foram contabilizados em 2018 e registrados no SIAFI em 01/2019. Os valores de R\$ 179.597 e R\$ 298.178, correspondem aos recursos a receber relativos às apropriações por competência de pessoal e as provisões de contingências custeadas pelo Tesouro Nacional, conforme entendimento técnico da administração.

Passivo Circulante: do valor de R\$ 2.062 saldo em conta de Fornecedores, R\$ 2.410 refere-se à apropriação do valor da retenção na folha de pagamento de 12/2018 e corresponde ao plano de saúde o qual será ressarcido em janeiro de 2019 e o valor de (R\$ 348) refere-se ao ajuste entre grupos de contas, transferido de fornecedores a pagar para outras obrigações a pagar.

O valor de R\$ 988, refere-se: R\$ 348 transferido da conta fornecedores, R\$ 630 a contabilização de provisões de férias extra plano, R\$ 7 ao ajuste folha professores/preceptoria 12/2018 e R\$ 2 a contabilização de cauções recebidas, ambos registrados no SIAFI em 2019.

Patrimônio Líquido: o valor de R\$ 436.169 refere-se a contabilização dos recursos a receber relativos as apropriações por competência e as provisões de contingências provenientes de despesas com pessoal e custeadas com Recursos do Tesouro Nacional. Possui como contrapartida o registro em contas de Ativo Circulante e Não Circulante. O valor de R\$ 2.518 refere-se à recomposição do Patrimônio Líquido pela realização da Avaliação Patrimonial contabilizado até 2017 como resultado do exercício e registrado no SIAFI como reservas de lucro. A partir de 2018 o critério de contabilização foi unificado.

O valor de R\$ 982 refere-se a provisões trabalhistas em 2018, com registro no SIAFI em janeiro/2019.

Quanto ao valor de R\$ 42.246 justifica-se a seguir:

Demonstração do Resultado do Exercício	6.404/76	4.320/64	Diferença
Receita Operacional Bruta	1.472.549	1.428.255	44.293
Ajustes da Receita Bruta	(3.025)	(3.025)	-
Deduções da Receita Bruta	(2.329)	(2.329)	-
Repasse Transferidos para AFAC	(104.490)	(104.490)	-
Receita Operacional Líquida	1.362.705	1.318.411	44.293
Custo dos Serviços	(1.106.245)	(1.106.749)	504
Resultado Operacional Bruto	256.460	211.662	44.798
Despesas Operacionais	(268.143)	(268.265)	122
Outras Receitas e Despesas	9.456	14.342	(4.886)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	(2.227)	(42.262)	40.034
Resultado Financeiro	(7.793)	(10.005)	2.212
Prejuízo do Exercício	(10.020)	(52.266)	42.246

O valor de R\$ 44.293, refere-se: R\$ 36.870 a contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura de despesas com pessoal e contingências pagas com recursos do Tesouro Nacional e R\$ 7.423 referente à contabilização (passivo e despesa) do valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre a folha de dezembro de 2018 o qual foi pago com cota do orçamento em jan/2019.

[Handwritten signatures and initials]



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

O valor de R\$ 504 no grupo Custos dos Serviços e R\$ 122 no grupo Despesas Operacionais, referem-se ao resultado entre: a baixa de R\$ 982 referente à contabilização em contas de despesas com serviços realizados em 2017 e registrado no SIAFI em 2018, (R\$ 202) referente a contabilização de provisões trabalhistas e (R\$154) referente a contabilização de parte da NF da UINIMED correspondente ao valor a ser ressarcido pelos funcionários, ambos contabilizados em 12/2018 na Societária e em 01/2019 no SIAFI.

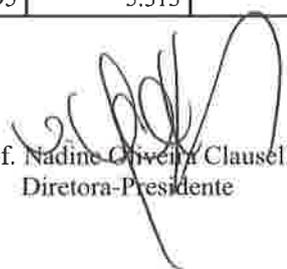
Do valor de (R\$ 4.886), (R\$ 5.430) corresponde a baixa das parcelas pagas em 2018 referente ao financiamento do tempo de Serviço Passado (TSP) o qual foi integralmente provisionado em 2015, o valor de R\$ 615 refere-se a contabilização de provisões e folha de pesquisadores realizados em 2017 enquanto que no SIAFI foi realizado em 2018 e R\$ 1.159 refere-se as receitas arrecadadas, por GRU, no final do exercício de 2018 e contabilizadas em janeiro de 2019.

O valor de R\$ 2.212 no grupo Resultado Financeiro, refere-se à diferença da correção monetária calculada pelo valor da tabela Selic definida Receita Federal e a calculada com base na tabela Selic definida pelo Banco Central do Brasil, incidente sobre os recursos de repasses financeiros recebidos para investimentos – AFAC entre o exercício de 2008 a 2016 atualizados até 31/12/2017, conforme determina a Macrofunção SIAFI 021122. Contabilizados 2017 e registrados no SIAFI em 2018.

27 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

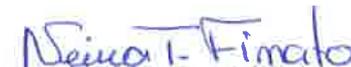
De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

Mensal	2018 – R\$			2017 – R\$		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	33.763	33.763	23.328	33.763	33.763	22.870
Menor	33.763	1.638	1.490	33.763	1.846	1.524
Média	33.763	7.095	5.313	33.763	6.852	5.153


Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente


Prof. Milton Berger
Diretor-Médico


Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo


Contadora Neiva Teresinha Finato
Coord. de Gestão Contábil - CRC/RS nº 53.292


Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora – CRC/RS nº 69.663

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Aos Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Eldorado do Sul, 18 de março de 2019.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/F-0
Nelson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-RS



CONSELHO FISCAL
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

PARECER Nº 002/2019

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2018 E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2018 (processo SEI-HCPA nº 23092.201053/2019-88, documento nº 0148884) e das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (processo SEI-HCPA nº 23092.201053/2019-88, documento nº 0148878), referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, emitido, sem ressalvas, em 18 de março de 2019, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, elaborado pela empresa Audilink & Cia. Auditores, bem como o Relatório Gerencial de Recomendações da Auditoria Interna (processo SEI-HCPA nº 23092.201053/2019-88, documento nº 0149271) é de opinião, por unanimidade de votos, que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital de Clínicas de Porto Alegre -HCPA.

Registre-se que este Colegiado é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2018 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 18 de março de 2019.

André Luiz Valente Mayrink
Presidente do Conselho Fiscal

Waslei José da Silva
Conselheiro Fiscal



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ VALENTE MAYRINK, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL**, em 18/03/2019, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WASLEI JOSE DA SILVA, CONSELHEIRO FISCAL**, em 18/03/2019, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0149048** e o código CRC **DBEC6D98**.

Referência: Processo nº 23092.201053/2019-88

SEI nº 0149048

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

PARECER Nº 002/2019

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2018 E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2018 e das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Audilink & Cia. Auditores, datada de 18 de março de 2019, sem ressalvas, DECIDE por unanimidade, recomendar, à Assembleia Geral do Acionista, a aprovação das Contas do Exercício de 2018 do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, por estarem formalmente adequadas.

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2018 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 18 de março de 2019.

Profª Lucia Maria Kliemann
Presidente do Conselho de Administração



Documento assinado eletronicamente por **LUCIA MARIA KLIEMANN, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, em 18/03/2019, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0149051** e o código CRC **51107F52**.